



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 35/2016

Período: 24/09/2016 – 30/09/2016

GEDES - UNESP

- 1- Proposta de criação de duas novas estatais da Aeronáutica é alvo de críticas
- 2- Acidente aéreo ocorrido há 10 anos causou mudanças no setor aéreo brasileiro
- 3- Escola Preparatória de Cadetes do Exército terá primeira turma feminina
- 4- Forças Armadas deverão atuar durante eleições municipais
- 5- Projeto das Forças Armadas está supostamente envolvido na Lava Jato
- 6- Decisão judicial suspendeu homenagem a aluno da Universidade de Brasília desaparecido durante o regime militar
- 7- Periódicos destacaram a necessidade de cooperação entre Brasil e Colômbia para solucionar o problema do narcotráfico
- 8- Regime previdenciário de militares poderá sofrer alterações
- 9- Ministro da Defesa e presidente da República trataram do plano nacional de estratégia e defesa
- 10- Aeronáutica expulsou controladores de voo que realizaram motim em 2007

1- Proposta de criação de duas novas estatais da Aeronáutica foi alvo de críticas

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a proposta de criação de duas novas estatais da Aeronáutica, a Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil S.A. (Alada) e uma segunda – ainda sem nome - destinada ao controle aéreo, recebeu críticas. Para o economista Juan Jansen, a criação de duas novas estatais em um momento de corte de gastos é um contrassenso, visto que o atual cenário de crise não melhoraria com a abertura das estatais, contribuindo somente para o descontrole das contas públicas. De acordo com o fundador e secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, as empresas estatais são um “paraíso para os corruptos” devido à falta de transparência. Segundo o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossato, as estatais não contrariam a redução dos gastos públicos, visto que uma delas teria como fonte de recursos algumas das tarifas de serviços que empresas e usuários do transporte aéreo pagam à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea). Rossato afirmou também que a criação de uma “empresa pública voltada para o controle do espaço aéreo é fundamental”. (*Correio Braziliense – Economia – 24/09/16*)

2- Acidente aéreo ocorrido há 10 anos causou mudanças no setor aéreo brasileiro

Os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* recordaram o acidente entre o jato executivo *Legacy* e a aeronave *Boeing* da Gol, ocorrido há 10 anos, no dia

29/09/06, em área de floresta no estado do Mato Grosso, que deixou 154 mortos. Segundo os jornais, a Força Aérea Brasileira (FAB) atuou, por mais de 50 dias, nas buscas pelas vítimas. O comandante da operação, à época, foi o brigadeiro da Aeronáutica Jorge Kersul Filho, que concedeu ao jornalista da *Folha*, Fabrício Lobel, um depoimento relatando o período de buscas. O relato deve constar, conforme informou a *Folha*, em um livro de memórias do brigadeiro, intitulado "Ninguém ficou para trás". Os periódicos informaram a respeito da falta de punição dos pilotos do Legacy, Joseph Lepore e Jan Paul Paladino, julgados e condenados no ano passado, mas que ainda não cumpriram a pena. Segundo os jornais, a alegação da defesa dos pilotos estadunidenses é de que a responsabilidade pelo acidente é do sistema brasileiro de controle aéreo. A *Folha* informou, em editorial, no dia 28/09/2016, que a investigação apontou que os dois pilotos não seguiram o plano de voo aprovado pela Aeronáutica. Os cinco controladores brasileiros que trabalhavam no dia, no entanto, foram absolvidos, segundo o *Correio*. Conforme informaram os periódicos, os únicos condenados foram o sargento da Aeronáutica Jomarclo Fernandes dos Santos, pela Justiça Militar e pela Justiça comum, e Lucivando de Alencar, por negligência. De acordo com a *Folha*, ambos os militares não cumpriram a pena até o momento e continuam exercendo funções na Aeronáutica. O *Correio* informou que o acidente desencadeou “a pior crise da história da aviação brasileira — o apagão — e escancarou a precariedade do transporte aéreo no país”. Esse desdobramento acabou por denunciar as condições precárias de trabalho dos controladores, além da manutenção de um sistema ultrapassado de monitoramento de aeronaves, o que acarretou, de acordo com o *Correio*, na deposição do ministro da Defesa à época, Waldir Pires. Segundo a *Folha*, o quadro atual apresenta avanços na estrutura tecnológica, conforme afirmam as diversas categorias do setor aéreo, tanto civil quanto militar. Houve, conforme informou o brigadeiro Carlos de Aquino, um aumento no número de controladores de voo, tanto civis quanto militares, devido ao aumento da demanda do país. De acordo com a Aeronáutica, “o avanço tecnológico nos últimos anos diminuiu o peso da experiência do controlador na tomada de decisões no controle do espaço aéreo”, somado a isso houve uma intensificação do treinamento desses profissionais para os casos em que houver perda de contato com os aviões. Além disso, outro grande avanço tecnológico, para a Aeronáutica, foi o aprimoramento do sistema de comunicação via rádio, que, à época do acidente, era deficitário. A *Folha* informou, no entanto, que apesar de a Aeronáutica afirmar que a instabilidade do setor aéreo foi corrigida, há questões ainda problemáticas, como falhas na comunicação e jornadas de trabalho exaustivas. (*Correio Braziliense – Brasil - 25/09/16; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/09/16; Folha de S. Paulo – Opinião – 28/09/16*)

3- Escola Preparatória de Cadetes do Exército terá primeira turma feminina

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), responsável por formar aspirantes à linha bélica, na cidade de Campinas, no estado de São Paulo, receberá sua primeira turma feminina. O periódico informou que o ingresso de mulheres nas Forças Armadas como combatentes foi outorgado por lei, em 2012, pela então presidenta da República, Dilma Rousseff. O tempo de adaptação para as três forças – Exército, Marinha e Aeronáutica – era de cinco anos. De acordo com o periódico, o Exército adotou tal medida tardiamente devido ao seu maior efetivo e às reformas estruturais. A instituição em Campinas deverá aprovar 400 homens e 40 mulheres, sendo que o número de inscritos 28,9 mil e 7,6 mil,

respectivamente. Conforme afirmado pelo jornal, as mulheres ocupam cargos administrativos ou nos setores de saúde, e de ciência e tecnologia no Exército desde o ano de 1992; entretanto, é somente agora que deverão ocupar cargos no setor militar. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 25/09/16)

4- Forças Armadas deverão atuar durante eleições municipais

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, anunciou que seriam enviados 25 mil militares a 408 localidades de 14 estados brasileiros, com a finalidade de reforçar a segurança durante as eleições municipais de 02/10/16. Segundo o *Correio*, Jungmann afirmou que o efetivo estava “um pouco acima da média” e poderia ser reforçado conforme demanda da Justiça Eleitoral. Segundo a *Folha*, a mobilização deve-se a uma “onda de atentados contra candidatos a prefeito e vereador pelo país”, sendo que, desde junho, 45 candidatos foram alvo de ataques com tiros e 28 morreram. Segundo o ministro, apesar das ações serem questões de polícia, o papel dos militares, a pedido da Justiça Eleitoral, seria “dar tranquilidade durante a votação”. O periódico destacou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) requisitou a atuação das Forças Armadas durante o período de campanha eleitoral na capital do estado do Rio de Janeiro e em outras dez cidades, principalmente após o homicídio do candidato a vereador José Ricardo Guimarães na cidade de Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Em 26/09/16, Marcos Vieira de Souza, candidato a vereador da cidade do Rio de Janeiro, foi assassinado a tiros na sede de seu comitê. O periódico afirmou que há suspeita de motivação política e envolvimento de milícias no assassinato de Souza. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Marco Aurélio Canônico afirmou que não será possível “conter a crescente influência política dos milicianos”. O periódico acrescentou que ao menos 14 candidatos foram assassinados no Rio de Janeiro desde 2015. (*Correio Braziliense* – Política – 30/09/16; *Folha de S. Paulo* – Eleições 2016 – 26/09/16; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 29/09/16; *Folha de S. Paulo* – Eleições 2016 – 30/09/16; *O Estado de S. Paulo* – Política – 30/09/16)

5- Projeto das Forças Armadas está supostamente envolvido na Lava Jato

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a 35ª fase da Lava Jato apura o pagamento de propina em diversos projetos estatais, incluindo o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), projeto desenvolvido pelas Forças Armadas. O ex-ministro da Fazenda do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Casa Civil do governo de Dilma Rousseff, Antonio Palocci, foi preso no dia 26/09/16 para investigações. (*Estado de S. Paulo* – Política – 27/09/2016; *Folha de S. Paulo* – Política – 29/09/16)

6- Decisão judicial suspendeu homenagem a aluno da Universidade de Brasília desaparecido durante o regime militar

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o deputado do Partido dos Trabalhadores (PT), Ricardo Vale, pretende recorrer da decisão judicial que suspendeu a troca da denominação da ponte Costa e Silva para Honestino Guimarães, na cidade de Brasília, distrito federal. Honestino, recém-homenageado, foi preso quatro vezes durante o regime militar (1964-1985), desaparecendo em 10 de outubro de 1973. Mateus Guimarães, sobrinho de Honestino, destacou a necessidade de “políticas públicas de

educação e de culturas específicas para estabelecer a verdade histórica e gerar reflexões sobre a construção da democracia e a conquista da liberdade”. Eduardo Meireles, aluno da Universidade de Brasília (UnB) e militante da União Nacional dos Estudantes (UNE), considerou que a figura de Honestino deve ser reconhecida em razão de sua militância pela democracia. (Correio Braziliense – Cidades – 29/09/16)

7- Periódicos destacaram a necessidade de cooperação entre Brasil e Colômbia para solucionar o problema do narcotráfico

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Matías Spektor, professor de Relações Internacionais na Fundação Getúlio Vargas (FGV), destacou a necessidade de aproximação entre Brasil e Colômbia para solucionar o problema do narcotráfico nas regiões fronteiriças entre os dois países. Spektor destacou que o Exército brasileiro nos últimos 20 anos foi reticente quanto à cooperação com o governo colombiano em seu conflito com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Ele acrescentou que durante a década de 2000 observou-se uma mudança na atitude brasileira com a venda de aeronaves militares ao governo colombiano e o desenvolvimento de ações conjuntas para a solução do conflito. No dia 28/09/2016, o periódico *O Estado de S. Paulo* destacou a afirmação do ministro das Relações Exteriores, José Serra, sobre a cooperação entre Brasil e Colômbia no combate ao narcotráfico e tráfico de fauna, flora e madeira, de que “há potencial na área de defesa e segurança”. Serra também enalteceu a indústria de defesa brasileira. (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 28/09/16; Folha de S. Paulo – Opinião – 29/09/16*)

8- Regime previdenciário de militares poderá sofrer alterações

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o regime previdenciário dos militares poderá sofrer alterações em decorrência de propostas de reforma da Previdência. Segundo *O Estado*, Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, ao comentar a proposta de reforma na Previdência, destacou a existência de um regime previdenciário próprio para militares. Padilha acrescentou, no entanto, que militares “já verbalizaram que querem sim caminhar rumo às regras gerais, em que pese eles sejam absolutamente diferentes pela Constituição”. De acordo com Padilha, a proposta de reforma será revisada pelo presidente da República, Michel Temer, antes de ser submetida à votação pelo Congresso Nacional. Segundo a *Folha*, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que a categoria militar “possui ‘singularidades’ como uma ‘cláusula’ que, além de trabalhar e servir, engloba ‘morrer pelo país’” e acrescentou que “militar não faz greve, não tem hora extra, não se sindicaliza, não pode ter outro emprego, trabalha às vezes 12h, 14h, 16h por dia, expõe a vida”, justificando assim um sistema especial de previdência não como um privilégio, mas como “reconhecimento da singularidade”. O ministro afirmou que os militares deverão contribuir com a reforma da Previdência, porém deverão ser tratados separadamente conforme prevê a Constituição de 1988, a qual diferencia as categorias de servidor e militar. Jungmann acrescentou, no entanto, que a decisão cabe ao presidente da República e que os militares seguirão o que for estabelecido. (*Folha de S. Paulo – Mercado – 30/09/16; O Estado de S. Paulo – Economia – 29/09/16*)

9- Ministro da Defesa e presidente da República trataram do plano nacional de estratégia e defesa

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, reuniu-se com o presidente da República, Michel Temer, para tratar do novo plano nacional de estratégia e defesa, que deve ser atualizado a cada quatro anos. Jungmann afirmou que as modificações, que incluem um “posicionamento político na área da defesa”, foram aprovadas por Temer e deverão ser encaminhadas ao Congresso Nacional. A respeito do posicionamento político mencionado, o ministro esclareceu que seguirá “parâmetros” de ‘democracia’ e ‘transparência’”. (*Folha de S. Paulo – Mercado – 30/09/16*)

10- Aeronáutica expulsou controladores de voo que realizaram motim em 2007

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Aeronáutica expulsou sete controladores de voo envolvidos em motim durante o “caos aéreo” ocorrido em 2007. A expulsão foi oficializada através de publicação no Diário Oficial da União, no dia 19/09/16. Segundo o periódico, controladores de voo da cidade de Curitiba já haviam sido condenados, em 2010, por terem se recusado a trabalhar no dia 30/03/07 a fim de denunciar falhas no sistema aéreo brasileiro e jornadas de trabalho exaustivas. A Aeronáutica classificou o caso como motim e a Justiça Militar e o Supremo Tribunal Federal aceitaram a acusação. Segundo a defesa do ex-primeiro-sargento Dinarte Bichels, um dos acusados, havia, durante a manifestação, uma promessa por parte do governo federal de que a categoria não receberia punição. O advogado de Bichels destacou que não houve violência ou insubordinação no movimento, que teria como justificativa a demanda por melhorias no sistema aéreo e nas condições de trabalho dos funcionários da categoria. Segundo a Aeronáutica, o afastamento dos controladores é justificado por se tratar de um crime militar. De acordo com o periódico, o “caos aéreo” teve início em setembro de 2006, quando controladores de voo que passaram a ser investigados após um acidente aéreo denunciaram carga horária de trabalho exagerada e a utilização de aparelhos e softwares defasados. Os controladores teriam então adotado uma “operação-padrão” que causou complicações como atrasos e cancelamentos de vôos. A crise teria se agravado após a divulgação, em 30/03/07, de um manifesto pedindo a desmilitarização do setor, a melhoria das estruturas de trabalho e foi seguido por mobilização de controladores de voo em Manaus, Brasília e Curitiba, cidades cujos centros de controle são responsáveis por grande parte do espaço aéreo do país. Segundo o periódico, apesar dos controladores de Curitiba terem sido condenados e expulsos da Aeronáutica, o processo relativo ao controladores de Manaus e Brasília ainda está em andamento. (*Folha de S. Paulo – Mercado – 30/09/16*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias

destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Thales Baruffi Ferreira Machado (Redator, graduando em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).